

Os créditos secretos e a Suíça



Créditos: El País

Que País é a Suíça?

Vou começar com poucas palavras sobre a Suíça. O País situa-se no meio da Europa e é muito pequeno, tanto em área como em população. Tem 8,6 milhões de habitantes (três vezes menos que Moçambique). Em termos de área, tem 5% de superfície de Moçambique. Isto é, a Suíça

cabe 20 vezes em Moçambique!

Apesar disso, a Suíça alberga empresas multinacionais grandes e poderosas, tanto em termos do número de empregados (dentro do País e no estrangeiro), como em termos do volume de negócios anual. Eis alguns exemplos:

EMPRESAS MULTINACIONAIS COM SEDE NA SUÍÇA	EMPREGADOS	VOLUME DE NEGÓCIOS ANUAL
Nestlé [alimentos]	323.000	89.8 biliões de francos suíços (CHF) - 2017
Glencore [comércio de petróleo e recursos naturais; e mineração]	156.000	202.3 biliões CHF - 2017
ABB [máquinas e automatização]	134.800	28.0 biliões de dólares americanos (US\$)
Novartis [produção de farmacêuticos]	126.457	48.7 biliões US\$
SGS [certificações]	95.000	5.6 biliões CHF [2020]
Roche [produção de farmacêuticos]	93.734	58.3 biliões CHF
Lafarge-Holcim [cimento]	81.960	54.4 biliões CHF
Kühne + Nagel [transporte, logística]	8.249	23.8 biliões CHF - 2017
Syngenta [agrotecnologia] (em 2015, Syngenta foi adquirida por ChemChina)	49.000 [5.000 cientistas]	13.58 biliões US\$ - 2019
Trafigura [comércio e recursos naturais]	1.900	180.7 biliões US\$ - 2017
BANCOS	EMPREGADOS	BALANÇO TOTAL
UBS (Union Bancaire Suisse)	66.888	958.489 biliões CHF - 2018
CS (Credit Suisse)	47.000	787.295 biliões CHF - 2019

Fonte: *Compilação de Thomas Kesselring*

Empresas multinacionais e organizações não-governamentais

Algumas das maiores empresas foram fundadas por estrangeiros ou mudaram a sua sede para a Suíça. A pequena Suíça atrai muitas empresas pois, para elas, os impostos são relativamente baixos, além de o País ser famoso pelas suas lindas paisagens.

Na história da maioria das empresas não faltam escândalos - escândalos de diferentes tipos. Para compreender como as cidadãs suíças e os cidadãos suíços pensam sobre o drama dos créditos secretos, vale a pena discutir como a política suíça e o povo se posicionam perante os escândalos corporativos em geral.

Na Suíça temos também um certo número de ONG (Organizações Não-Governamentais) grandes e muitas ONG pequenas. Algumas delas têm como objectivo observar a conduta comercial de empresas sediadas no nosso País e de tornar público eventuais problemas por si causados (particularmente violações dos direitos humanos e grandes danos ambientais). A grande maioria das empresas na Suíça faz um bom trabalho, pratica a governação corporativa e muitas mostram algum engajamento social. São poucas as empresas que criam problemas e o Credit Suisse (CS) é uma delas. O papel das ONG importa também no contexto do *Fórum*

Económico Mundial que, há décadas, normalmente ocorre na Suíça (na cidade alpina de Davos) e ao qual o Brasil respondeu com a criação do *Fórum Social Mundial quase anual*, desde 2001.

Todas as empresas descritas na tabela têm actividades em boa parte do mundo, e muitas já chamaram a atenção de alguma ONG. A maioria das ONG especializou-se em certos tipos de empresas. Nos últimos tempos as mais controversas são as mineradoras e/ou os comerciantes de recursos naturais.

Algumas ONG focalizam, mesmo que não exclusivamente, os bancos, mas nenhuma delas se dedicou aos negócios do CS com Moçambique. É por isso que assumi, eu mesmo, o papel de documentar os eventos e procedimentos neste caso. Desde Dezembro 2016 escrevo regularmente artigos sobre as consequências do escândalo financeiro e as novidades neste contexto. Até hoje já publiquei cerca de 30 artigos (em alemão). A maioria apareceu no site de um jornal online, "*Infosperber*" ["Gavião das Informações"]. Não sou jornalista, nem economista, nem jurista, mas sim filósofo com especialização na Ética. O que me interessa é o combate contra injustiças.

Fuga de capitais, reputação de bancos suíços e intervenções políticas

Antes de entrar nos pormenores sobre como na Suíça os empréstimos ocultos estão sendo tratados e considerados, gostaria de esclarecer três coisas.

Primeiro, na África e na América Latina a reputação dos bancos suíços é péssima. Ela também não é boa na Suíça e tornou-se péssima nos últimos tempos devido ao papel dos bancos na crise financeira de 2008. Desde a década de 1970, as práticas dos bancos suíços são criticadas por várias ONG¹, e estas críticas levam a um processo de apren-

dizagem tanto do povo como do Governo. Desde 1986 que o Parlamento suíço vem desenvolvendo gradualmente um conjunto de instrumentos para lidar com dinheiro ilegal transferido pelos Mobutus deste mundo. A Suíça promete aos países lesados o reembolso dos fundos retidos sob condição de que os Estados em causa provem, em processos judiciais, a ilegalidade daqueles fundos. No entanto, em vários países prejudicados o sistema judicial é fraco e ineficiente. No passado, isso dificultava as condições do

reembolso. Portanto, a Suíça melhorou a assistência jurídica às populações afectadas e prolongou o prazo concedido para a comprovação da origem ilegal dos recursos. Só para mencionar um caso actual, um banco de Genebra congelou recentemente 900 mil-

hões de dólares de um empresário angolano (Carlos Manuel de São Vicente) por suspeita de que esta fortuna é ilícita. Se a suspeita não for confirmada dentro de um prazo determinado, a soma congelada deve ser devolvida ao seu detentor legal.

Uma iniciativa para responsabilizar as empresas pelos danos que causam

Segundo, a Suíça tem uma tradição democrática de mais de 170 anos e uma velha instituição que se chama iniciativa popular: A população pode propor ao Governo mudanças ou acréscimos à lei (e à Constituição). Se uma iniciativa é entregue com pelo menos 100.000 assinaturas válidas, o Governo deve submetê-la à votação popular. Assim votamos, em Novembro passado, sobre a chamada *iniciativa de responsabilidade empresarial*.

A iniciativa exigia que as empresas sediadas na Suíça deviam se responsabilizar pela violação de direitos humanos e maiores danos ambientais causados por elas. A central suíça de uma empresa devia assumir também a responsabilidade por violações e danos cometidos pelas suas filiais no exterior e por empresas por si subcontratadas e controladas, a não ser que a empresa suíça consiga provar que tomou medidas sérias para evitar tais violações ou danos. A iniciativa estabelece que os casos em questão devem ser submetidos aos tribunais suíços, mesmo se os actos incriminatórios tiverem sido cometidos no exterior.

Actualmente, a Alemanha e a União Europeia estão a preparar uma lei semelhante. Na Suíça, embora uma estreita maioria (50,7%) tenha votado a favor da *iniciativa de responsabilidade empresarial*, na maioria dos cantões (províncias), e particularmente em cantões pequenos e rurais, ela foi rejeitada pela maioria das pessoas. Por conseguinte, esta emenda jurídica não se concretizou. Isto é notável, pois uma centena de organizações civis, parte da população urbana, parte da igreja e até algumas empresas favoreceram essa iniciativa e lutaram por ela durante mais

de dois anos. Mas os conglomerados mais ponderosos, algumas empresas pequenas, os políticos executivos e uma maioria parlamentar tinham combatido a iniciativa com *lobbying* intenso.

Nos meses que antecederam à votação, as discussões e os debates sensibilizaram boa parte do povo suíço sobre as consequências prejudiciais que as práticas de certas empresas podem causar no exterior. Mas como a iniciativa não se aplicava aos bancos, a população não se importava com o drama em torno dos créditos secretos. Os bancos não têm subcontratantes, e a iniciativa não exigia que os bancos fossem responsáveis por empréstimos com uso ilícito e/ou créditos inconstitucionais, como foi o caso das dívidas ocultas de Moçambique.

Terceiro, e isso é a conclusão daquilo que acabo de explicar: Na Suíça temos um paradoxo. Embora boa parte do povo é sensibilizado para as actividades prejudiciais de algumas empresas, a trama dos créditos ocultos recebeu muita pouca atenção na Suíça. Os nossos meios de comunicação (imprensa, rádio, televisão) deram pouquíssima cobertura ao caso. Alguns leitores foram surpreendidos por esta indiferença da imprensa oficial. É de notar que algumas pessoas mostraram, há dois ou três anos, que ficaram profundamente chocados com a história destes créditos, mas poucos meses depois não se importaram mais. Aparentemente, há tantos escândalos gritantes no mundo neoliberal globalizado que não se pode focalizar todos. Melhor seria trabalhar a favor de uma alteração das condições subjacentes ao comércio globalizado.

O Credit Suisse, a Autoridade Suíça do Mercado Financeiro e a Procuradoria-Geral da Suíça

A seguir vou falar sobre a maneira como o CS está lidar com os créditos secretos. Depois falarei sobre o papel da Autoridade Suíça do Mercado Financeiro (Finma) e, em terceiro lugar, sobre a Procuradoria-Geral da Federação Suíça (Schweizerische Bundesanwaltschaft).

O que tenho a dizer se resume a constatar que tanto o CS como as instituições judiciais mantêm silêncio em relação ao assunto. Diversas vezes coloquei perguntas à liderança do CS sobre o seu papel na história dos créditos ocultos. A primeira vez foi em Dezembro de 2016, numa carta aberta publicada como anúncio num jornal impresso. As perguntas foram co-assinadas por 50 personalidades com certo renome. Mesmo assim, nunca foram respondidas. Depois disso, fiz perguntas em quatro assembleias-gerais dos accionistas do CS: duas vezes em 2017 (neste ano havia duas assembleias-gerais), uma vez em 2018 e a última em 2019.

Na assembleia-geral de 2019, Adriano Nuvunga, Paula Monjane e Denise Namburete, todos do FMO, também estiveram presentes. Depois da minha intervenção, Denise Namburete falou em nome do povo moçambicano num discurso comovente. Ela deixou claro aos accionistas que Moçambique é um País economicamente pobre. Na Suíça, poucas pessoas têm conhecimento sobre Moçambique e a maioria nem sabe que é um País muito grande no sudeste de África. A propósito, Denise Namburete mencionou que no preciso momento em que ela estava falando, o ciclone Kenneth atingia Cabo Delgado, devastando grandes áreas. (tive a impressão de que, entre os presentes, pouquíssimas pessoas compreenderam o que Denise Namburete estava a dizer).

A assembleia-geral de 2019 ocorreu quatro meses após a acusação de procuradores norte-americanos contra oito pessoas (entre elas, três banqueiros da sucursal da CS em Londres) ter sido tornada pública. O Presidente do Conselho de Administração do CS, Senhor Urs Rohner, bem como o Advogado-

gado-Chefe, Senhor Romeo Cerutti, disseram que ficaram sabendo dos acontecimentos na filial londrina apenas por meio desta acusação. Eles justificaram o seu desconhecimento anterior com o facto de que a equipa dos três banqueiros acusados (o «deal team») tinha utilizado computadores e endereços de correio electrónico privados.

Esta resposta surpreendeu-me porque as circunstâncias irregulares dos créditos do CS a Moçambique foram claras desde o início de Abril de 2016, e eu tinha colocado perguntas sobre o papel do banco várias vezes nas assembleias-gerais. Em 2019, a direcção do CS deixou-me com a impressão de nunca ter conduzido uma investigação interna sobre os acontecimentos na sucursal de Londres. É claro que posso estar enganado quanto a isso. É inteiramente possível que o banco apenas não esteja a falar sobre o assunto. Mas a mera hipótese de que a sede do CS não se tenha esforçado para esclarecer as maquinações na sua filial é perturbadora.

Há muito que dizer sobre como o CS lida com funcionários de alto escalão que pretendem, após a revelação de um escândalo, não ter sabido nada sobre os eventos no seu meio. Em Fevereiro de 2020, após a divulgação pela media de um caso de espionagem sob a responsabilidade da direcção do CS, o Director Executivo (CEO) do banco, Tidjane Tiam, teve de abandonar o instituição. Thiam tinha reivindicado repetidamente não ter tomado conhecimento sobre a espionagem. Mas Thiam é africano e não suíço, como o supremo chefe do banco.

A espionagem foi embaraçosa e prejudicou a reputação do CS. Mas não jogou um País inteiro num abismo económico. No entanto, aqueles senhores de camisa branca que afirmaram não terem sabido sobre as maquinações na filial londrina do CS até a justiça de Nova Iorque ter apresentado queixa criminal, não foram contestados.

O chefe supremo do banco, Urs Rohner, Presidente do Conselho de Administração

do CS, anunciou a sua demissão para final de Abril de 2021. Na próxima assembleia-geral (que se realizará online) ele irá abandonar o seu cargo. O seu sucessor, a-propósito, é um banqueiro português. O seu nome é António Horta-Osório.

Passo agora à Autoridade do Mercado Financeiro (Finma). Esta entidade normalmente não responde a perguntas, e a lei não a obriga a pronunciar-se sobre os procedimentos em curso, e nem sequer comunicar seus resultados, a não ser que os incidentes em questão tenham o perfil de danificar a reputação da Suíça enquanto praça internacional das finanças. No entanto, a participação do CS nos empréstimos secretos tem este perfil. Mesmo assim, a Finma mantém sigilo sobre o assunto, e o Conselho Federal (o ramo executivo) da Suíça sublinhava mais de uma vez que a Finma é independente e que não há necessidade de intervir.

A Finma nem sempre fica calada em relação a casos embaraçosos. Em Setembro de 2018, ela repreendeu severamente o CS, depois de ter constatado deficiências sérias na prevenção de lavagem de dinheiro. O banco tinha manifestado diversas falhas graves, como negligência no esclarecimento necessário sobre relações comerciais com risco elevado. Os casos referidos não tocaram os créditos moçambicanos. A Finma mandou o banco implementar até ao final de 2019 medidas para melhorar a transparência e tornar o controlo dos seus negócios mais eficaz. Um agente independente foi nomeado para acompanhar a implementação das medidas impostas. O banco não conseguiu cumprir esse prazo e ainda está trabalhando no san-

eamento das deficiências. É pouco provável que o CS poderia cair num outro caso semelhante com aquele dos créditos ocultos.

Nas últimas semanas (Março de 2021), no entanto, o CS sofreu, em rápida sucessão, outros tipos de desastres: primeiro com a empresa inglesa *Greensill* que financiava cadeias de mantimentos e faliu de um dia para outro, e segundo com um fundo de cobertura de Nova Iorque, *Archegos*, que também se tornou insolvente de um dia para outro. O banco louvou-se de ter conseguido, em 2020, um lucro de 3,5 biliões de francos suíços. Mas os dois desastres recentes causam perdas de pelo menos 5 biliões de dólares. No início da semana em que estou escrevendo este relato, o CS teve uma queda na bolsa de Zurique de 20%. A Finma anunciou que voltará a controlar as práticas comerciais do banco.

Finalmente, a Procuradoria-Geral da Suíça também é silenciosa quanto aos créditos secretos. Em Abril de 2019, a ONG *PublicEye* apresentou queixa-crime à Procuradoria-Geral da Suíça contra o CS por causa do seu envolvimento nos créditos ocultos. Em Fevereiro de 2020, a Procuradoria anunciou ter aberto uma investigação “contra actores desconhecidos”. Depois disso nunca mais se pronunciou sobre o tema. Na verdade, a própria Procuradoria-Geral encontra-se numa crise. Há poucos meses, o Parlamento removeu seu chefe, Senhor Michael Lauber, por ter infringido a lei na sua actuação no âmbito da verificação de alegações de pagamentos ilícitos por altos funcionários da FIFA. Então, a própria Procuradoria-Geral está também nas manchetes e ainda não tem novo chefe.

Tribunal de Londres e Tribunal Arbitral de Genebra

Sobre as próximas etapas da história dos créditos secretos e os procedimentos na Corte de Londres e nos tribunais arbitrais de Genebra e Paris, apenas posso formular hipóteses. As disputas legais referem-se a dois tipos de contratos. Primeiro, aos *contratos dos créditos entre o Credit Suisse ou*

o Banco VTB e o Estado moçambicano. Sobre estes, o tribunal de Londres deve julgar. Aqui a questão central será provavelmente se esses contratos são válidos e vinculativos, apesar da assinatura inconstitucional do então Ministro das Finanças de Moçambique para a garantia estatal. Segundo, os

contratos entre a Privinvest e as empresas semi-estatais de Moçambique (ProIndicus, MAM e Ematum). Como a responsabilidade por essas empresas era, pelo menos parcialmente, com o Estado (mediante o serviço secreto e o Ministério da Defesa Nacional), penso que, em vez da liderança das três empresas, o Estado será parte nesta disputa. Aparentemente, nesses contratos havia uma cláusula segundo a qual um tribunal de arbitragem (em Genebra e/ou Paris) será chamado para resolver eventuais litígios.

Portanto, Iskandar Safa, dono da Privinvest, reivindicou negociar os contratos num tribunal de arbitragem, e isso está acontecendo agora. Esse processo não é percebido na Suíça.

Tribunais deste tipo costumam operar em sigilo, e nem sempre publicam o resultado. Mas quem representa o Estado moçambicano no tribunal de arbitragem? A Procuradoria-Geral da República de Moçambique? Quem são os seus assessores? Sobre isso, só tenho perguntas e não sei das respostas.

Outras empresas com sede na Suíça envolvidas na história dos créditos ocultos

Neste texto já bastante longo devo acrescentar mais um breve capítulo. Além do CS, duas outras empresas na Suíça estavam ou ainda estão envolvidas na trama dos créditos secretos. Uma delas é Palomar Capital Advisors, sediada de 2013 até 2016 em Zurique e chefiada por Andrew Pearse depois da sua saída do CS London. A Palomar fazia parte do império empresarial da Privinvest, de Iskandar Safa. Penso que o papel da Palomar Zurich na génese do escândalo é bem conhecido em Moçambique e não preciso dizer mais sobre isso. A empresa foi liquidada em Novembro de 2016 - sete meses depois de o Wall Street Journal tornar pública a verdadeira dimensão dos créditos secretos. Outra empresa com sede na Suíça que também faz parte do império da Privinvest é a AMT (Advanced Maritime Transports), baseada na cidade de Nyon, perto de Genebra.

A AMT pertencia ao conglomerado francês Necotrans (logística de gás e petróleo) e em Agosto de 2017 foi comprada, por um preço baixo, pela Privinvest. Parece estranho que a compra tenha sucedido sem problemas logo após a publicação do relatório de auditoria da Kroll sobre os créditos ocultos (em Junho de 2017) que lançou nuvens sombrias sobre a empresa de Iskandar Safa.

AMT é especializada em logística de petróleo e gás. Seu presidente, o francês Arnaud Lelouvier, foi mencionado várias vezes no julgamento de Nova Iorque: Jean Boustani tratava-o por amigo e relatava que Lelouvier é a pessoa que despertou o seu interesse em viajar para Moçambique, o *el dorado* de grandes jazidas de gás natural descobertas em 2010. Boustani convenceu Iskandar Safa de que valia a pena fazer negócios em Moçambique. Outro mérito de Arnaud Lelouvier era de ter colocado Boustani em contacto com o Banco VTB. Por isso, ele recebeu um milhão de dólares. Desde 2020, AMT lida com a logística na região do gás em Cabo Delgado.

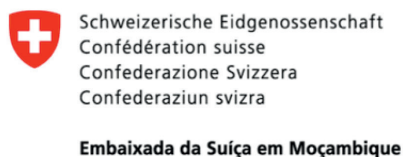
O próprio Boustani fez parte do Conselho de Administração da AMT por algum tempo, de 2 de Outubro a 10 de Dezembro de 2017. Najib Allam fez parte do mesmo conselho de 2 de Outubro de 2017 a 2 de Julho de 2019, ou seja, sete meses após ter sido acusado em Nova Iorque. Akram Safa, irmão de Iskandar, também fazia e ainda hoje faz parte do conselho administrativo. Outro membro é Johannes Valentijn, testemunha com destaque no julgamento de Boustani (pelo que sei, Valentijn é uma pessoa séria e honesta). Na Suíça, a AMT é desconhecida e ela não é a única empresa activa na área da logística

de petróleo e gás, com sede na cidade de Nyon. Até agora não consegui despertar o interesse por esta empresa – nem mesmo em pessoas que moram naquela cidade. Tampouco consegui despertar, em Zurique, nos

ex-vizinhos da empresa Palomar, o interesse pela história desta empresa. Pesquisei ex-austivamente as duas empresas, mas parece que esta pesquisa foi simplesmente um pas-satempo privado meu, sem impacto algum.

¹ Já na década de 1970, um autor suíço, Jean Ziegler, publicou vários livros sobre o papel fatal dos nossos bancos. Os seus livros foram traduzidos em muitas línguas. Outro autor, Rudolf Strahm, tornou-se mundialmente conhecido com suas críticas proferidas desde a década de 1970 contra o mercado mundial que favorece os ricos e prejudica os pobres. Vários livros dele também foram traduzidos em muitas línguas.

Membros do FMO



Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: Thomas Kesselring</p> <p>📍 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo ☎️ +258 21 085 797 ✉️ info@cddmoz.org 🌐 www.cddmoz.org 🐦 @CDD_Moz 📺 @CDDMoz 📺 @CDD_Moz</p>	<p>🌐 www.fmo.org.mz ✉️ fmomozambique@gmail.com 📺 FMO.Mozambique 🐦 @FMO_Moz 📺 Youtube</p>